

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 410**

Período: 19/02/2011 – 25/02/2011

GEDES – Brasil

- 1- Redução no orçamento da defesa pode retardar programas espaciais e aéreos brasileiros
- 2- Aeronáutica será responsável por apurar infrações no tráfego aéreo civil
- 3- Coluna opinativa analisa recusa brasileira à assinatura do Protocolo Adicional da AIEA
- 4- Blindados de origem brasileira foram utilizados para reprimir protestos na Líbia
- 5- Advogado ressalta impedimento para analisar arquivo militar
- 6- Ministério Público Militar investiga suposto contrabando destinado ao Exército e à Aeronáutica
- 7- Presidente do conselho de comércio exterior da Fiesp atenta para a necessária relação entre defesa e diplomacia no Brasil
- 8 - Ministério Público Militar investiga casos de desaparecimentos de militantes durante a ditadura
- 9- Ministro das Relações Exteriores tenta vender aviões brasileiros para norte-americanos
- 10- Militar brasileiro assume o comando da Força Tarefa Marítima da Unifil

1- Redução no orçamento da defesa pode retardar programas espaciais e aéreos brasileiros

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o brigadeiro Juniti Saito, comandante da Aeronáutica, informou que a decisão do governo de reduzir R\$ 50 bilhões no orçamento geral da União, e conseqüentemente cortar R\$ 4 bilhões na verba destinada à defesa em seu orçamento anual, poderá retardar projetos da Aeronáutica. Dentre os programas que possivelmente serão afetados estão o jato KC-390 financiado pelo governo, a construção de helicópteros EC-725 em parceria com a França, e a modernização dos caças AMX, conduzidos pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Segundo o jornal, o corte no orçamento implica na redução de R\$ 1,2 bilhão que seria designado à Força Aérea Brasileira (FAB). Todavia, o comandante espera que o governo restitua a verba no transcorrer do ano, para que programas como a construção do jato, que é uma das maiores preocupações de Saito, não sejam atrasados, tendo em vista que a FAB e a Embraer buscam parceiros para esse projeto e já está prevista a compra de ao menos 28 unidades da aeronave. Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o corte no orçamento também afetou diretamente as negociações para a compra dos 36 caças destinados à FAB, que estaria avaliada em cerca de R\$ 12 bilhões. Nelson Jobim, ministro da Defesa, alertou que a vida útil dos veículos Mirage-2000 chega ao fim em 2016, e por isso afirmou que a compra deve ser realizada com antecedência para substituí-los, mesmo porque segundo o ministro, os impactos econômicos do projeto FX-2 só serão sentidos a partir de 2012. Jobim ainda negou que a presidente da República, Dilma Rousseff, delegou a função de análise da compra dos caças à Fernando Pimentel, ministro de Indústria e Comércio Exterior. Com o adiamento da compra dos caças, as deliberações

mais importantes sobre esse tema devem ser tomadas a partir de 2012, uma vez que Rousseff analisará com maior rigor os acordos e projetos para a compra dos veículos. Segundo os jornais, desde o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a questão dos caças é adiada e interpretada como um gasto pela maioria dos ministros. Em 2009, Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a preferência brasileira pela compra dos caças Rafale da França; hoje este país enfrenta a concorrência da Suécia e Estados Unidos. Segundo o jornalista Roberto Godoy, em análise para o *Estado*, a FAB precisa de novos equipamentos para manter uma boa capacidade de controle aéreo. Godoy destacou que não deve ser permitido um sucateamento da frota, ressaltando a decisão da compra deve ser tomada até julho, para que o país fornecedor se prepare e entregue os caças até 2014. Segundo o periódico *Jornal do Brasil* os problemas orçamentários também incidem sobre o programa espacial brasileiro. No mandato do presidente Lula foi assumido o compromisso, que não foi executado, de enviar ao espaço o Veículo Lançador de Satélite (VLS), que teria como principal função alocar um satélite geoestacionário em órbita, tendo em vista que o Brasil depende das informações advindas dos veículos estrangeiros. A *Folha* publicou ainda que a modernização dos equipamentos militares pode não ser um problema hoje no Brasil; no entanto, existem diversos fatores que apontam para a necessidade de reaparelhamento das Forças Armadas, tal como a descoberta do pré-sal e a Venezuela de Hugo Chávez reequipada com ajuda russa. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/02/11; Folha de S. Paulo – Poder – 20/02/11; Jornal do Brasil – JB Premium – 19/02/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/02/11)

2- Aeronáutica será responsável por apurar infrações no tráfego aéreo civil

Segundo noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, a Aeronáutica é a nova responsável por apurar irregularidades na aviação civil. O trabalho era antes realizado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e, por decreto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi transferido para o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, órgão vinculado ao Ministério da Defesa. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/02/11)

3- Coluna opinativa analisa recusa brasileira à assinatura do Protocolo Adicional da AIEA

De acordo com a coluna opinativa do jornal *O Estado de S. Paulo*, assinada por José Goldemberg, professor da Universidade de São Paulo, a recusa do governo brasileiro de assinar o Protocolo Adicional da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) suscitou novas desconfianças a respeito da finalidade dos programas de enriquecimento de urânio realizados no país. Segundo Goldemberg, o Brasil adquiriu credibilidade internacional na área nuclear desde 1991, com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) –a qual estabeleceu inspeções especializadas na área nuclear entre os países– e posteriormente com a adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), em 1994. As intenções dos programas nucleares “paralelos”, levados a cabo pelas Forças Armadas, eram vistas com reservas, mesmo depois de findado o período do regime militar (1964-1985). Com as diretrizes adotadas ao longo da década de 1990

essas impressões foram amenizadas. Todavia, conforme Goldemberg, ações como a recusa à assinatura do Protocolo Adicional da AIEA – que prevê inspeções mais intrusivas a todas as instalações nucleares do país– colocam novamente sob suspeita as ambições nucleares brasileiras. Desperta-se a desconfiança de que parte do enriquecimento de urânio no Brasil estaria sendo destinado à produção de armas nucleares. A alegação brasileira para a não aceitação é de que a assinatura do Protocolo iria expor técnicas do processo de enriquecimento de urânio consideradas sigilosas, pois foram desenvolvidas no país com tecnologia nacional. Para Goldemberg, no entanto, a justificativa não se sustenta tecnicamente, considerando que os demais países signatários do TNP permitem tais inspeções. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 21/02/11)

4- Blindados de origem brasileira foram utilizados para reprimir protestos na Líbia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, alguns dos equipamentos que estão sendo utilizados pela polícia da Líbia para reprimir os protestos recentes no país são de origem brasileira. Os veículos, comercializados desde 2005, são de vários tipos e foram projetados para conter manifestações. Segundo a *Folha*, o histórico das relações da Líbia com a indústria bélica brasileira remonta à década de 1980, quando a venda de 400 blindados EE-9 Cascavel, equipados com canhão de calibre 90 mm, impulsionou a produção brasileira, beneficiando a empresa fabricante, Engesa. (Folha de S. Paulo – Mundo – 21/02/11)

5- Advogado ressalta impedimento para analisar arquivo militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o advogado Fernando Augusto Fernandes deverá acionar a Justiça para obter acesso irrestrito a arquivos sonoros de julgamentos do Superior Tribunal Militar (STM) ocorridos na década de 1970, durante o regime militar (1964-1985). Desde 2006 o Supremo Tribunal Federal (STF), na época sob a chefia de Nelson Jobim, atual ministro da Defesa, permite a pesquisa no acervo militar. No entanto, a partir de 2007, Fernandes já estava impossibilitado de ter acesso aos arquivos, pois o STM declarou a "falta de condições materiais" para o andamento da análise. Quando começou a pesquisar sobre o tema, em 1997, o advogado foi informado que os documentos eram secretos. O STM avisou Fernandes que o acervo poderia ser queimado, porém ele conseguiu evitar essa destruição. À *Folha*, a assessoria do STM afirmou que não proibiu o acesso ao arquivo. Nas fitas a que o advogado teve acesso, e que foram doadas à Universidade Federal Fluminense, estão gravações dos julgamentos militares de pessoas acusadas de subversão ao regime. No momento, Fernandes entrará com o pedido junto ao STM e, se não conseguir o acesso ao arquivo, acionará o STF, presidido atualmente por Cármen Lúcia. (Folha de S. Paulo – Poder - 22/02/11)

6- Ministério Público Militar investiga suposto contrabando destinado ao Exército e à Aeronáutica

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Militar analisa uma suposta compra de bebidas, perfumes e aparelhos eletrônicos importados feita pelas Forças Armadas no valor de R\$ 1,3 milhão. O ocorrido foi revelado

pela revista “Isto É” e, segundo o periódico, os objetos foram confiscados pela Receita Federal entre os anos de 2006 a 2010. As instituições que receberam essas mercadorias foram as Unidades do Exército e da Aeronáutica em Santa Maria e em Canoas (estado do Rio Grande do Sul), o Colégio Militar de Santa Maria e o Centro de Comunicação da Aeronáutica, localizado em Brasília (Distrito Federal). As peças confiscadas pela Receita Federal normalmente são enviadas ao governo, e o promotor Soel Arpini, que trabalha no caso, relaciona a ausência de registros para a entrada das mercadorias e possíveis irregularidades nessas transferências. Exército e Aeronáutica afirmaram não saber a natureza dos produtos recebidos e esclareceram que utilizaram as bebidas em eventos festivos, assim como doaram os brinquedos ao Haiti. Alexandre Rampelotto, delegado da Receita Federal em Santa Maria, afirmou não ser de responsabilidade da Receita o repasse das mercadorias para a instituição mais apropriada. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/02/11)

7- Presidente do conselho de comércio exterior da Fiesp atenta para a necessária relação entre defesa e diplomacia no Brasil

Em coluna opinativa ao *Estado de S. Paulo*, Rubens Barbosa, presidente do conselho de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), atentou para a possibilidade da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), sob o comando dos EUA, expandir seu raio de atuação para o Atlântico Sul. O autor destacou que Nelson Jobim, ministro da Defesa, declarou em novembro de 2010, na Conferência Internacional sobre o Futuro da Comunidade Transatlântica, que está atendo a uma previsível alteração no campo de atuação da Otan. Segundo Jobim, os EUA poderiam influir com uma maior presença em áreas de interesse brasileiro, como a região do pré-sal. Com isso, o ministro da Defesa, na visão de Barbosa, acertou ao criticar a uma possível ação geoestratégica da Otan no Atlântico Sul. Todavia, frente à delicada questão geopolítica, Barbosa analisou que há um descompasso nas relações entre a diplomacia e a defesa no Brasil, pois a “questão de segurança e defesa ainda não entrou no discurso diplomático brasileiro”. Para ele, os crimes transnacionais e a corrida armamentista na América do Sul também deveriam estar na agenda do Itamaraty. Barbosa elogiou a postura do Ministério da Defesa ao preencher o espaço deixado pelo Itamaraty na condução dessas questões. Em defesa dos interesses brasileiros, principalmente em sua região marítima, Barbosa reforça a relação que deve existir entre o Ministério da Defesa e o Itamaraty, na aliança do discurso diplomático e da capacidade de dissuasão. O autor ainda lembrou a posição de Dilma Rousseff, presidente da República, na campanha eleitoral, quando afirmou seguir a recente política de defesa alicerçada na Estratégia Nacional de Defesa e inovar na relação entre as duas instituições. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/02/11)

8 - Ministério Público Militar investiga casos de desaparecimentos de militantes durante a ditadura

Segundo notícia veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Militar iniciou investigações para esclarecer casos de desaparecimentos de militantes da esquerda ocorridos no estado do Rio de Janeiro no período

ditatorial brasileiro (1964-1985). O órgão já ouviu testemunhas e pediu informações às Forças Armadas sobre referidos casos. Com apoio do grupo "Tortura Nunca Mais", serão apurados casos de pelo menos 40 pessoas capturadas e que passaram por unidades militares e centros de tortura localizados na região serrana do Rio de Janeiro na década de 1970. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 25/02/10, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhou um ofício à presidente da República, Dilma Rousseff, solicitando o cumprimento integral e imediato da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que determinou a investigação de crimes cometidos no período militar. A OAB pediu a "punição dos perpetradores de torturas, homicídios, desaparecimentos forçados e demais crimes contra a humanidade, a identificação e entrega dos restos mortais dos desaparecidos aos familiares, a instituição da Comissão Nacional da Verdade e demais medidas fixadas". O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, afirmou que caso o Brasil não cumpra a sentença, estará "sinalizando que desrespeita a autoridade da corte e do sistema regional e internacional de proteção aos direitos humanos". Ainda não houve manifestação por parte da presidente a respeito do tema. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/02/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/02/11)

9- Ministro das Relações Exteriores tenta vender aviões brasileiros para norte-americanos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, aproveitou a viagem que fez aos Estados Unidos para fazer lobby para a venda de aeronaves brasileiras à Força Aérea norte-americana. Patriota ainda afirmou que não houve alteração na oferta feita pela Boeing para a venda dos caças F-18 ao Brasil. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/02/11)

10- Militar brasileiro assume o comando da Força Tarefa Marítima da Unifil

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o contra-almirante Luiz Henrique Caroli assumiu o comando da Força Tarefa Marítima da Missão de Paz da Organização das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Esta é a primeira vez que a ONU utiliza uma esquadra em missões de paz, e sua função será impedir a entrada de armas pelo mar ao sul do Líbano. (Folha de S. Paulo – Mundo – 25/02/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fred Maciel (Redator, mestrando em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES).